

O GOVERNO DE NICOLÁS MADURO (2013-2023): CRISES, AUTORITARISMO E MIGRAÇÕES FORÇADAS

The government of Nicolás Maduro (2013-2023): crises, authoritarianism and forced migration

Rafael Pinheiro de Araujo*
rafa.ara@gmail.com

Érica Sarmiento da Silva**
erisarmiento@gmail.com

RESUMO: Em abril de 2023, Nicolás Maduro completou dez anos de mandato presidencial na Venezuela. Em seu governo, o país ingressou em um cenário catastrófico, no qual conjugaram-se diversas crises, como a política, a econômica e a humanitária. Em decorrência disso, em 2023, o segundo maior número de deslocados do mundo é venezuelano, com 7.13 milhões. A relevância do tema para a história do tempo presente latino-americana é objeto de análise deste artigo. Debateremos a Operação Acolhida, iniciada pelo Brasil em março de 2018, e a fronteira híbrida entre o nosso país e a Venezuela. Examinaremos, ainda, a História venezuelana entre 1999-2023 com o intuito de compreender o chavismo histórico e a intitulada revolução bolivariana.

PALAVRAS-CHAVES: Venezuela; Revolução Bolivariana; Deslocamentos; Fronteira Híbrida; Nicolás Maduro.

ABSTRACT: In April 2023, Nicolás Maduro completed his ten-year presidential term in Venezuela. Under his government, the country has entered a catastrophic scenario, in which various crises have come together, including political, economic and humanitarian ones. As a result, in 2023, the second largest number of displaced people in the world will be Venezuelan, with 7.13 million. The relevance of this issue to the history of the present day in Latin America is the subject of this article. We will discuss Operation Welcome, launched by Brazil in March 2018, and the hybrid border between our country and Venezuela. We will also examine Venezuelan history between 1999-2023 in order to understand historical Chavismo and the so-called Bolivarian revolution.

KEYWORDS: Venezuela; Bolivarian Revolution; Displacement; Hybrid Border; Nicolás Maduro.

Em 02 de fevereiro de 1999, Hugo Chávez foi empossado presidente da Venezuela. A partir daquele momento, deflagrou-se a intitulada Revolução Bolivariana e presenciamos um dos mais controversos governos da história do tempo presente latino-americano.

As polêmicas sobre o tema aguçaram-se nos últimos anos. Desde a morte de Chávez, ocorrida há dez anos, o país ingressou em um catastrófico cenário. O repentino falecimento

* Doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

** Professora Associada de História de América da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista Produtividade CNPQ nível 2, pesquisadora Cientista Nosso Estado-FAPERJ; foi pesquisadora Jovem Cientista Nosso Estado-FAPERJ (2014-2017; 2017-2020). É coordenadora do Laboratório de Estudos de Imigração (Labimi) Coordenadora da Cátedra Sérgio Viera de Mello (UERJ)- refugiados- ACNUR (2021-2022). Pós-doutora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em história pela Universidade de Santiago de Compostela (diploma revalidado pela Universidade Federal Fluminense), na área de América e Contemporânea. Foi Professora visitante no Instituto de Estudos da América latina (ILAS), Universidade de Columbia (Nova York) e na Universidade de Santiago de Compostela.

do carismático líder inaugurou diversas crises (política, econômica, social, internacional e humanitária) que se avolumaram nos últimos anos, como examinaremos ao longo deste artigo.

Este cenário fez com que o fluxo migratório venezuelano se expandisse, especialmente pela América do Sul. Hoje ele representa o segundo número de deslocados no mundo. Em razão disso, cremos na pertinência de debater como a fronteira é pensada a partir da política do estado brasileiro e compreender as questões fronteiriças a partir da conjuntura histórica específica decorrente da criação da Operação Acolhida, em março de 2018. Vale ressaltar que para compreender os deslocamentos populacionais requer-se uma análise que leve em consideração as diferentes escalas, nacionais, regionais e locais.

Dividimos este artigo em quatro partes. Na primeira, debatemos a intitulada Revolução Bolivariana e o chavismo histórico. Na segunda, realizamos um breve balanço dos onze anos de mandato presidencial de Nicolás Maduro, cuja presidência foi iniciada em abril de 2013. Na terceira, analisamos a imigração venezuelana para o Brasil e a fronteira híbrida entre os dois países. Por fim, realizamos as considerações finais deste artigo.

1. A Revolução Bolivariana e o chavismo histórico: um necessário balanço

O início do mandato presidencial de Hugo Chávez, em fevereiro de 1999, marcou uma nova fase da história do tempo presente latino-americano. Iniciava-se a onda rosa¹, que se notabilizou pela multiplicidade de governos de esquerda. Estas gestões tiveram na heterogeneidade programática uma característica central. Em razão disso, acreditamos na pertinência da comparação entre os distintos governos daquela fase para melhor definir cada experiência.

Dividimos as gestões de esquerda em dois grupos. O primeiro foi o de centro-esquerda, caracterizado pela implementação de programas de governo que coadunaram políticas sociais à manutenção dos paradigmas econômicos neoliberais. Neste grupo, enquadrados, por exemplo, as gestões de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma

¹ A expressão “onda rosa” refere-se ao momento político da história latino-americana ocorrido no início do século XXI. A partir da eleição de Hugo Chávez, assistimos a uma sucessão de vitórias em diversos escrutínios de lideranças políticas de esquerda. Embora apresentassem perspectivas políticas e programáticas diferenciadas, consistiram em experiências plurais e anti-sistêmicas que marcaram um novo período da nossa história. Em razão disso, presenciamos o predomínio político da esquerda na região. Para um aprofundamento deste debate, ver: Pereira da Silva (2018).

Rousseff (2011-2016), no Brasil, ou os mandatos de Nestor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015), na Argentina.

O segundo foi composto por uma esquerda mais radicalizada que resgatou a tradição anti-imperialista e nacional-desenvolvimentista latino-americana. Esse agrupamento realizou profundas mudanças institucionais por meio da convocação de Assembleias Constituintes, impulsionou o aprofundamento da participação popular, por meio da democracia participativa e experiências de auto-organização popular, como as comunas venezuelanas², e propôs a atualização do debate sobre o socialismo com a proposta de construção do denominado socialismo do século XXI.³ As gestões de Evo Morales (2006-2019), Hugo Chávez (1999-2013) e Rafael Corrêa (2007-2017) são exemplos deste setor.

Concordamos, neste sentido, com a definição realizada pelo historiador Juan Carlos G. Leyton (2009, p. 46). Segundo ele, ao longo do governo de Hugo Chávez, observamos uma experiência revolucionária pelo seu caráter anticapitalista neoliberal, anticolonial e pró-socialista. Em sua avaliação, presenciamos uma revolução política, pois as transformações no agir e na prática política, além das mudanças institucionais, decorrentes da Assembleia Constituinte, foram profundas. Apesar disso, no entanto, não verificamos alterações no controle da propriedade privada dos meios de produção ou na estrutura de classes. As mudanças institucionais foram centrais, como nas experiências boliviana e equatoriana, e as novas Cartas Magnas simbolizaram a refundação nacional.

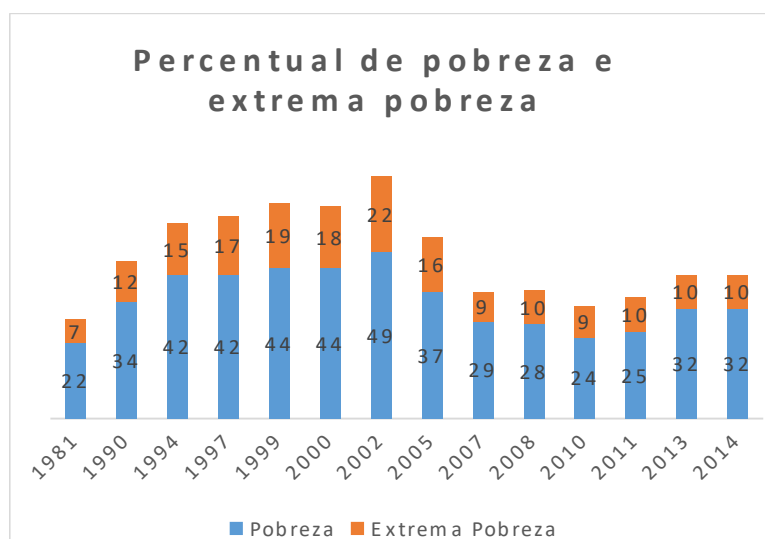
Ao abordarem o caso venezuelano, Steve Ellner (2012) e Grosfoguel (2017) defenderam premissas semelhantes as de Leyton. Segundo os autores, embora radical, o chavismo não possuiu correlação com outras experiências históricas do socialismo real, como a cubana ou chinesa. Segundo eles, a revolução bolivariana consistiu em uma experiência original, fora dos matizes teóricos do marxismo eurocêntrico, como argumentou Grosfoguel, e deve ser refletido a partir desta singularidade.

² Sobre o tema das comunas, ver: Baptista (2016) e Scheidt (2019).

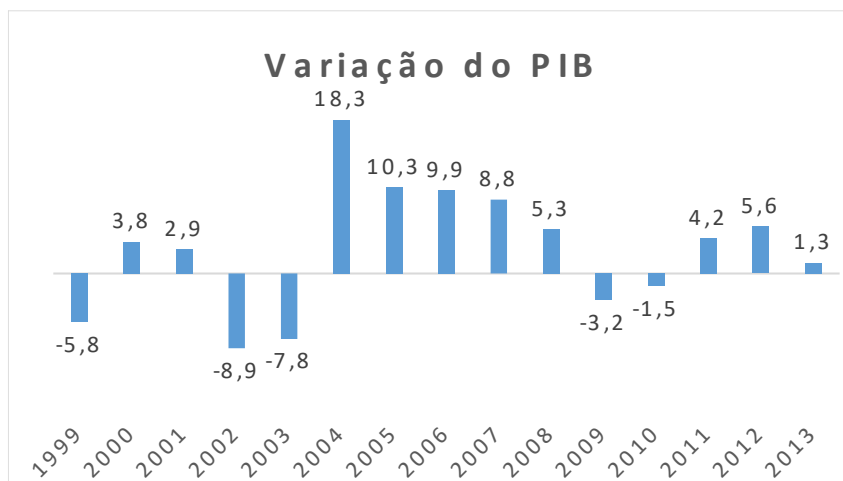
³ O projeto do socialismo do século XXI, impulsionado no Discurso da Unidade de dezembro 2006, que marcou a vitória de Chávez contra Manuel Rosales na disputa presidencial de 2006, não passou, em nossa opinião, de uma amálgama de difusas teorias, como, por exemplo, o iluminismo, o marxismo, o bolivarianismo e o cristianismo professado pelos teólogos da libertação. Economicamente, o projeto chavista aproximou-se mais das experiências nacional-desenvolvimentistas latino-americanas, ocorridas, grosso modo, entre as décadas de 1930 e 1980, do que, de fato, de um projeto socialista. Para um aprofundamento deste debater, ver: Araujo (2013) e Webber (2019).

Neste sentido, defendemos que a gestão de Hugo Chávez foi a mais radical do ciclo de governos de esquerda. Acreditamos que a Venezuela experienciou uma revolução a partir de 1999. Apesar desta caracterização, consideramos que inexistiram significativas mudanças nas estruturas econômicas do país durante a sua gestão. Apesar da retórica pró-socialista, não verificamos iniciativas relacionadas à socialização dos meios de produção. Houve, sim, pueris ações governamentais vinculadas à constituição de cooperativas e de Empresas de Produção Social (EPS), como ressaltaram os trabalhos de Álvarez e Rodríguez (2008) e Alvarez (2010). Estas objetivaram organizar a produção em nível comunitário e em algumas dezenas de fábricas expropriadas. Mas nada que alterasse as bases econômicas do país.

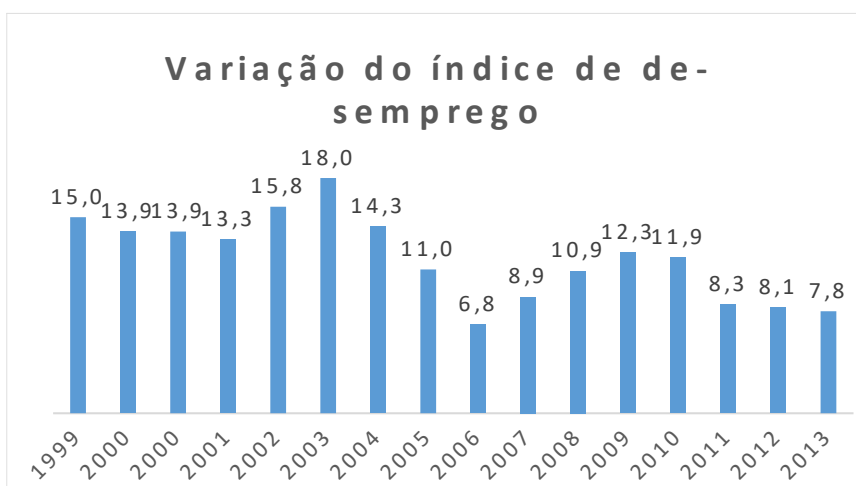
Igualmente, não presenciamos mudanças na estrutura de classes durante a gestão de Chávez. A expansão do Produto Interno Bruto (PIB) durante o seu governo possibilitou um contínuo combate à pobreza, à indigência e possibilitou o acesso a empregos formais, conforme pode ser aferido nos gráficos a seguir. Assim, de uma maneira geral, observamos uma melhoria nos índices sociais, possibilitada pelo alto preço internacional do petróleo na primeira década do século XXI:



Fontes: CEPAL, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2009, 2010, 2014, 2016.



Fontes: CEPAL, 2000, 2002, 2010, 2016.



Fontes: CEPAL, 2003, 2005, 2010, 2014.

Cabe destacar, ainda, que a revolução bolivariana teve um caráter bonapartista.⁴ A vitória eleitoral de Chávez ocorreu em um momento no qual inexistiam forças políticas

⁴ A ascensão de Chávez à presidência ocorreu em um momento no qual inexistiam forças políticas organizadas, tanto da direita quanto da esquerda, que pudessem assumir a direção política do país. Aprofundando a análise cunhada por Karl Marx (2006) sobre o caso de Louis Bonaparte na França, em 1851, Leon Trotsky, durante o seu exílio no México entre 1937-1940, elaborou o conceito de Bonapartismo Sui Generis. Seu objetivo foi analisar os governos pós-oligárquicos latino-americanos e, em especial, a gestão de Lázaro Cardenas. Na experiência mexicana, brevemente analisada pelo revolucionário russo, observamos a concessão de benefícios sociais à classe trabalhadora, uma postura nacionalista em termos econômicos e a possibilidade de participação política da classe trabalhadora, ainda que limitada. Nos apropriamos desta análise por acreditarmos que o caso venezuelano liderado por Hugo Chávez é análogo. Ele foi fundamental para a revolução bolivariana, pois cumpriu o papel de mediador entre as classes internas, posicionou o país na luta anti-imperialista, impulsionou a conscientização política e a auto-organização da classe trabalhadora, na qual o projeto das comunas foi central, e possuiu uma postura profundamente antineoliberal, que derivou na defesa do nacionalismo econômico e na proposta do socialismo do século XXI. Ver: Trotsky, 2000 e Marx, 2008.

organizadas que pudessem ascender ao governo e construir uma nova hegemonia política. Ele foi, assim, expressão política da crise de hegemonia⁵ desencadeada com o *Caracazo* ou *Sacudón*⁶ e que foi aprofundada na década de 1990.

O seu êxito eleitoral derivou da conjugação do ativismo político-social com o colapso da representação política, observados entre o *Sacudón* e o escrutínio de dezembro de 1998, como destacaram McCoy (2007), Ellner (2009), Maya (2009) e Lander (2017). Durante este período, o distanciamento entre a classe política e expressivos segmentos da sociedade civil consolidou-se. A insatisfação dos venezuelanos com as suas condições sociais de vida foi expressa, por exemplo, em manifestações de rua e na deslegitimação do sistema político-partidário.

Como apontou Maya (2006, P. 88-90), entre outubro de 1989 e setembro de 1998, ocorreram, aproximadamente, 6.500 protestos de rua. As marchas exprimiram a insatisfação com a situação de subsistência e com o sistema político estabelecido em 1958. O descontentamento com a democracia *puntofujista* também pode ser observado no alto índice de abstenção no pleito presidencial de 1998 (36%) e na exígua votação alcançada por membros das tradicionais agremiações, Ação Democrática (AD) e Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei), como diagnosticado por Lander e Maya (1999, p. 15-17):

⁵ A hegemonia de um grupo social vincula-se a sua capacidade de construção da direção política, ideológica e moral de uma sociedade e, também, do seu controle militar sobre ela. A crise de hegemonia deriva da perda da autoridade moral e ideológica das classes dominantes que, ao serem repudiadas a sua concepção de mundo, mantêm a prevalência na sociedade por meio da coerção militar. Nesse contexto, observamos uma crise revolucionária, que decorre da ruptura entre representantes e representados, e a construção de uma nova hegemonia pelos grupos subalternos (GRUPPI, 1978, P. 78-80). Como analisaremos posteriormente, o bloco liderado pelos indígenas e camponeses apresentou a solução para os problemas socioeconômicos e políticos bolivianos após o ano 2000, por isso, tornou-se politicamente hegemônico.

⁶ O *Caracazo* ou *Sacudón*, ocorrido entre os dias 27 e 28 de fevereiro de 1989, foi uma rebelião popular contrária às medidas de austeridade fiscal implementadas pelo governo do então presidente Carlos Andrés Pérez a partir de recomendações realizadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) à Venezuela. Os dois dias de distúrbios amedrontaram o governo e levaram Pérez a ordenar uma forte repressão policial e suspender as garantias constitucionais. Além do repúdio às medidas indicadas pelo FMI, as manifestações expressaram o descontentamento com o sistema político estabelecido pelo Pacto de Punto Fijo, em 1958, como debatarem Colmenarez (1989), Coronil e Skurki (1991) e Lander e Maya (1994).

Eleições presidenciais venezuelanas (1998)

Candidato	Percentual de votos
Hugo Chávez (MVR)	56,20
Henrique Salas Römer (Projeto Venezuela)	39,97
Irene Sáez (Copei)	2,82
Luis Alfaro Ucero (AD)	0,42
Outros	0,58

Não obstante a Venezuela tenha conhecido, ao longo da década de 1990, uma vida *política de la calle* (MAYA, 2006, p. 105), que estabeleceu uma direta confrontação com o poder estabelecido, Chávez foi essencial para a revolução. Como afirmamos anteriormente, ele tornou-se uma expressiva liderança nacional após a frustrada tentativa de golpe de Estado, em 1992. Os traços bonapartistas da revolução bolivariana fizeram com que ele se tornasse uma figura central para o desenvolvimento deste processo, visto que, entre outros aspectos, ele cumpriu o papel de mediador entre as distintas classes sociais e posicionou a nação caribenha na luta anti-imperialista. Além disso, Chávez impulsionou a consciência de classe e os mecanismos de auto-organização popular, por meio, em especial, do projeto das comunas. O comandante foi essencial para a postura anti-neoliberal adotada pela revolução, para a defesa do nacionalismo econômico e para a proposição do projeto de socialismo do século XXI.

Apesar de progressista, o bonapartismo bolivariano não emancipou a classe trabalhadora. Não ocorreram transformações na ordem social durante o governo Chávez, como afirmamos anteriormente. Assistimos a conciliação de antagônicos interesses de classes e iniciativas que melhoraram as condições de vida dos venezuelanos, por meio das missões sociais⁷, criadas pelo seu governo, e que foram fundamentais para os significativos avanços dos índices sociais do país, como demonstramos acima. Por mais que, em inúmeros discursos, ele impulsionasse no imaginário político a independência da classe trabalhadora e a construção de um novo socialismo, pouco foi realizado, concretamente, para que esses objetivos fossem alcançados.

Os instrumentos teóricos e analíticos que podem ser mobilizados para definirmos a gestão de Hugo Chávez enquanto revolucionária são amplos. Assim como são densos os

⁷ D' Elia e Cabezas (2008) e Briceño e Hurtado (2016) realizaram consistentes análises sobre o conceito e a extensão das missões sociais criadas ao longo da gestão de Hugo Chávez.

debates historiográficos e de outras áreas do conhecimento sobre o tema. Evidentemente, as polêmicas e divergências de análises em torno do tema são enormes e mobilizam os pesquisadores dedicados ao estudo da história do tempo presente latino-americana. Por isso, optamos por apresentar alguns debates que consideramos relevantes sobre a história e a historiografia deste processo que podem ser utilizadas para o definirmos enquanto revolucionário.

Propositadamente, não localizamos os dez anos de governo de Nicolás Maduro no segundo grupo de governos da onda rosa anteriormente descrito. Como apontaremos a seguir, temos profundas críticas em relação ao seu governo. Mais do que isso, acreditamos que a sua gestão rompeu com a principal marca do chavismo: os paradigmas democráticos e impulsionares da participação popular estabelecidos pela Constituição de 1999.

Por isso, embora reconheçamos que há um debate em aberto sobre se sua gestão consiste ou não em uma continuidade da revolução bolivariana e do próprio chavismo, como apontou, por exemplo, Scheidt (2021), cremos na pertinência, para fins deste artigo, em analisar criticamente o seu mandato presidencial. Por mais que reconheçamos os impactos do embargo econômico ou das ações golpistas das oposições de direita, que desestabilizaram profundamente o seu governo, discordamos daqueles que, em nome do apoio a um governo de esquerda e com uma retórica anti-imperialista, relativizam o autoritarismo do regime Maduro ou não debatem com a profundidade necessária as razões que levaram o país a uma catástrofe, na qual conjugaram-se profundas crises política, socioeconômica e humanitária. Esse cenário impulsionou o deslocamento de aproximadamente 7,7 milhões de venezuelanos, segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)⁸, até fins de abril de 2024, momento no qual finalizamos esse artigo. É a uma das mais significativas crises humanitárias em tempos de paz registrada na história da humanidade.

As variadas visões de mundo e as divergentes definições sobre o regime de Nicolás Maduro fazem com que fatores e atores heterogêneos sejam responsabilizados pela diáspora dos venezuelanos. Contudo, por mais que reconheçamos isso, o intenso trânsito de corpos nas fronteiras do país com os seus vizinhos sul-americanos não pode enevoar o esforço crítico de análise das razões dessa catástrofe, que se arrasta por quase uma década.

⁸ Sobre a situação dos migrantes e refugiados venezuelanos e o colapso humanitário do país, consultar: <https://www.r4v.info/es/refugiadosymigrantes> Acesso em: 30 de abril de 2024.

Os culpados são múltiplos. Entre eles, Maduro e seus aliados nas burocracias das Forças Armadas, do aparelho de estado e do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV). Eles desmontaram os paradigmas democráticos e participativos do chavismo histórico e, com isso, cooperaram para uma série de ações execráveis das oposições de direita, entre elas o golpismo, e, sobretudo, dos norte-americanos.

A opção estadunidense pelo embargo econômico, iniciado na gestão de Barack Obama (2009-2017) e que foi aprofundado por Donald Trump (2018-2021), exacerbou a crise venezuelana e teve perniciosos efeitos econômicos e humanitários. Reconhecer isso, no entanto, não nos impede de analisar criticamente o governo de Nicolás Maduro e também responsabilizá-lo pela crise, como destacaremos a seguir.

2. Uma análise do governo de Nicolás Maduro (2013-2023)

Como destacamos anteriormente, a revolução bolivariana, com Chávez, enquadra-se nas definições teóricas do bonapartismo. Esse aspecto gerou consequências que nos auxiliam na compreensão do cenário catastrófico vivido pelo país desde 2013. O personalismo da revolução contribuiu para a fragilização da autonomia de parte significativa dos movimentos sociais em relação ao governo. Ademais, a ausência de um partido verdadeiramente revolucionário, que se coadunasse às perspectivas de construção do propagado socialismo do século XXI, contribuiu para a dependência da revolução em relação ao líder. A crise política inaugurada com o falecimento de Chávez não foi surpreendente, em nossa opinião, pois o personalismo da revolução bolivariana consistiu em um elemento que alavancou a sua fragilização.

Embora tenha tido irrefutáveis acertos na condução da revolução, Chávez não conseguiu conter o fortalecimento das burocracias civil, militar e partidária, assim como o desenvolvimento da *boliburguesia*⁹. Estes segmentos fortaleceram-se durante os 14 anos de governo e beneficiaram-se da expansão econômica derivada da elevação dos preços internacionais das *commodities*, entre 2003-2014, que reavivou o “estado mágico”.¹⁰

⁹ Boliburguesia é uma irônica expressão utilizada pelos opositores para caracterizar militantes bolivarianos que enriqueceram ao longo das mais de duas décadas do chavismo, virando empresários ou abastados funcionários públicos.

¹⁰ Em relação ao ciclo das commodities referenciado, ver: Webber (2019, p. 108-113).

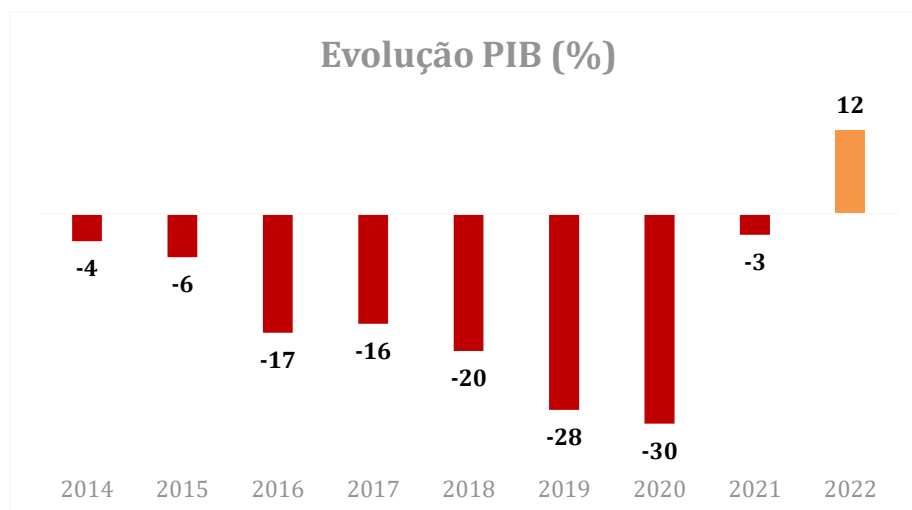
Um equívoco importante de Chávez residiu na não construção de possíveis sucessores políticos. A miríade de contradições e interesses, muitas vezes espúrios, da cúpula do chavismo, associado ao personalismo deste processo, demandava que lideranças políticas que representassem organicamente as bases sociais fossem construídas com o apoio do comandante. Todavia, isso não ocorreu. Por isso, no início de dezembro de 2012, antes de partir para a sua última viagem de tratamento contra o câncer, feito em Havana, ele indicou Nicolás Maduro como o seu sucessor.

Maduro é um chavista histórico. Foi um dos homens de confiança de Chávez e na ocasião de sua eleição possuía credibilidade internacional. Ele começou sua militância política na Liga Socialista, quando era estudante secundarista. Durante a década de 1990, foi motorista de ônibus das unidades terrestres da empresa “Metrobus”, que complementava o serviço do metrô da capital venezuelana. Na 2ª metade da década de 1990 ingressou no Movimento Bolivariano Revolucionário-200 (MBR-200), movimento político criado por Hugo Chávez em 1994. Ele foi deputado constituinte em 1999, deputado do parlamento unicameral e entre 2006 e 2012 foi ministro de Relações Exteriores, cargo que ocupou até outubro daquele ano, ocasião na qual foi designado vice-presidente.

A unidade dos chavistas em torno deste personagem decorreu, naquele momento, de três aspectos: o irrestrito apoio das Forças Armadas, a legitimidade entre os principais aliados latino-americanos, sobretudo os cubanos, em virtude do seu papel de chanceler entre 2006-2012; e a pouca rejeição entre os militantes do PSUV.

Maduro foi empossado, em março de 2013, após falecimento de Chávez. Em abril, ele foi eleito presidente, com 50,61% dos votos, em uma acirrada disputa com o opositor Henrique Capriles, representante, na ocasião, da Mesa da Unidade Democrática (MUD), que obteve 49,12% (CNE, 2013). O reconhecimento dos logros socioeconômicos do chavismo e o clamor popular pela morte do comandante foram fatores fundamentais para o seu êxito eleitoral.

A forçada transição política, no entanto, coincidiu com o fim do ciclo de crescimento econômico observado entre 2004 e 2013, conforme exposto em gráfico anterior deste artigo. Após um leve crescimento econômico, em 2013, que girou em torno de 1,3%, a Venezuela colapsou e o seu PIB retrocedeu bruscamente, em concordância com o exposto a seguir.



Fontes: CEPAL, 2022

A profunda recessão venezuelana possui três grandes razões estruturais, em nosso olhar: I – o histórico modelo *rentista* que torna a sua economia dependente do extrativismo petrolífero e da volatilidade dos seus preços internacionais; II – a baixa carga tributária, em torno de 15% do PIB, aspecto este que dificulta a arrecadação estatal e coloca o país bem atrás de importantes vizinhos, como Brasil e Argentina, cujos recebimentos tributários em 2022 corresponderam a 32% e 32,1%, respectivamente, dos seus PIB's¹¹ e III - a fraqueza da sua moeda nacional.

Obviamente, os aspectos acima são incrementados pelos impactos do embargo econômico e dos boicotes da burguesia venezuelana ao governo, como ocorrido no Chile de Salvador Allende no início da década de 1970. Tais elementos, como destacaram Bull e Rosales (2023), são fundamentais para explicarmos a deterioração econômica que a Venezuela vive desde 2014. No entanto, isso não deve servir como um argumento para mascarar a incapacidade do governo Maduro em criar mecanismos que retirem o país do atoleiro econômico aos quais, inegavelmente, contribuem os problemas acima citados.

A deflagração das crises política e socioeconômica após o falecimento de Chávez fez com que a oposição conservadora se fortalecesse. Em dezembro de 2013, por exemplo, nas eleições municipais, tivemos o avanço da MUD que, naquele momento, representava a oposição à direita. Em termos percentuais, o governista PSUV obteve 48,69% dos votos e a

¹¹ BARRIA, Cecília. Brasil só perde para Cuba na lista de países da América Latina que mais pagam impostos. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47693085>>. Acesso: mar. 2019.

MUD teve 39,34% (CNE, 2013). Nas eleições parlamentares de 2015, a MUD fortaleceu-se ainda mais. O PSUV angariou 40% dos votos e a MUD teve 56% (CNE, 2015).

O crescimento eleitoral da oposição fez com que suas perspectivas golpistas se alavancassem. Ações deste tipo contra a gestão de Maduro iniciaram-se em fevereiro de 2014, por meio do movimento La Salida¹², e foram recorrentes desde então, como recentemente observamos nas Operações Liberdade e Gideon, ocorridas, respectivamente, em 30 de abril de 2019 e 03 de maio de 2020.

Os enfrentamentos com os grupos golpistas da oposição fizeram com que Maduro aprofundasse os seus vínculos com a burocracia do PSUV e com as Forças Armadas. Paralelamente, ampliaram-se as interferências nas instituições democráticas. O país seguiu em um caminho autoritário que levou a dissidência de inúmeros chavistas históricos.

Além da incompetente gestão econômica, que impulsionou a crise migratória abordada neste artigo, seu governo, desde 2017, adotou medidas inconstitucionais e autoritárias. A repressão política aos opositores intensificou a deslegitimação do seu governo e do próprio sistema político venezuelano, que ganhou fortes contornos autoritários.

Embora defendamos isso, devemos reconhecer que ainda há uma base social em seu entorno. Por mais que ela seja exígua, não podemos afirmar que Maduro e o PSUV se sustentam no poder, apenas, pelo controle das instituições e pelo apoio das Forças Armadas.

Levando-se em consideração as votações no PSUV na composição da Constituinte em 2017, na eleição presidencial de 2018 e na eleição de deputados para a Assembleia Nacional em 2020, ambas boicotadas por diversos setores das oposições, Maduro e o PSUV tiveram o apoio de aproximadamente 1/3 dos eleitores. O número é baixo, mas não pode ser desconsiderado. Destaca-se que ambos os pleitos tiveram forte abstenção, em torno, respectivamente, de 54%, 68% e 70%, segundo dados do Conselho Nacional Eleitoral (CNE)¹³.

A existência de uma base social que apoie o regime também pode ser observada em 23 de fevereiro de 2019. Na ocasião, as ruas da capital e de outras cidades reuniram

¹² Os líderes opositores Antonio Ledezma e Leopoldo López foram acusados pela justiça venezuelana de liderarem os violentos protestos ocorridos em 2014 contra Maduro e que tinham por objetivo depor o atual mandatário venezuelano. Naquele ano 43 pessoas morreram e centenas ficaram feridas. Assim, eles não são presos políticos, mas foram incriminados por liderarem violentos atos contra o governo que tinham nítidos objetivos golpistas.

¹³ VENEZUELA. Conselho Nacional Eleitoral (CNE). Disponível em: <<http://www.cne.gob.ve>>.

apoiadores do governo que rechaçaram a maneira pela qual Juan Guaidó, autoproclamado presidente, em janeiro daquele ano, queria levar ajuda humanitária ao país.

O mesmo suporte foi observado em atos após a Operação Liberdade, ocorrida em 30 de abril de 2019. Na ocasião, em vídeo publicado nas redes sociais no fim da madrugada daquele dia, Juan Guaidó, junto a um dos principais líderes opositores ao governo, Leopoldo López¹⁴, e de um pequeno grupo de militares, anunciou o início da fase final da Operação Liberdade. O objetivo central do plano era derrubar Maduro da presidência, a partir da conjunção de mobilização popular e deserções maciças nas Forças Armadas.

Naquele momento, no entanto, isso não ocorreu. As Forças Armadas mantiveram-se fieis a Nicolás Maduro, embora tenham ocorrido pequenas fraturas, sendo a mais expressiva a do general Manuel Ricardo Christopher Figueroa, até então diretor do Serviço Bolivariano de Inteligência (Sebin) e que esteve diretamente envolvido na ação de libertação de Leopoldo López da prisão domiciliar junto com outros membros daquele órgão.

Além disso, seguiram-se manifestações populares, como as ocorridas em 1º de maio, que demonstraram que há apoio a Maduro. Expressivos atos favoráveis ao governo ocorreram em Caracas. Sobre esse aspecto, é necessária uma reflexão. Não obstante Maduro tenha assumido traços nitidamente autoritários desde 2017, repetimos, há base social em seu entorno. Ele se sustenta no poder não apenas pelo controle das instituições e pelo apoio das Forças Armadas.

A oposição de direita, por outro lado, como em diversas outras ocasiões em mais de duas décadas, erra ao optar pelo golpe. Desde o movimento *La Salida*, todas as movimentações golpistas da oposição serviram para que Nicolás Maduro fortalecesse a retórica anti-imperialista, que serve como um importante mobilizador das bases do PSUV e legitima o apoio de parcelas da comunidade internacional, ampliasse as prisões dos opositores políticos, a supressão das liberdades democráticas e as atitudes inconstitucionais.

Por isso, consideramos que somente a negociação entre governo e as diversas oposições, tanto de direita quanto de esquerda, chancelada pela comunidade internacional,

¹⁴ Em fevereiro de 2014, Leopoldo Lopez liderou o movimento “La Salida”, que exigiu a renúncia de Nicolás Maduro. O movimento sustentou-se nas chamadas “Guarimbas”, que se caracterizou pelo fechamento arbitrário de ruas com atos de violência. As mortes e feridos decorrentes desse movimento fizeram com que ele fosse julgado e condenado a 14 anos de prisão. Desde 2017 Lopez estava em prisão domiciliar e foi libertado em uma ação de dissidentes do Serviço Bolivariano de Inteligência (Sebin).

poderá retirar nosso vizinho do seu atoleiro político. A Venezuela tem uma longa tradição democrática, que foi reafirmada no último relatório da Corporação Latinobarômetro, divulgado em 2023: 57% dos venezuelanos, a despeito do colapso político do país, afirmaram que a democracia é preferencial a qualquer outro regime político.¹⁵

Em razão disso, presumimos que a solução para o impasse político venezuelano não se dará com armas, mas com democracia. Governo e oposição possuem consideráveis apoios internos e externos e devem negociar. Isolar internacionalmente a Venezuela não funcionou. Foi uma tática que aprofundou a catástrofe econômica, humanitária e social do país e, ao mesmo tempo, serviu para a intensificação do autoritarismo de Maduro, como podemos constatar na impugnação de candidaturas opositoras à presidência da república ao longo do primeiro trimestre de 2024.

3. Imigração venezuelana no Brasil: fronteira híbrida, acolhimento e militarização

O fluxo migratório venezuelano representa o segundo maior número de deslocados no mundo. Segundo dados da Plataforma R4V, obtidos até o final do ano de 2022, existem 5,99 milhões de refugiados e imigrantes venezuelanos na América Latina de um universo total de 7.13 milhões¹⁶.

Marcada por instabilidades políticas e econômicas, em virtude da dependência em relação à produção petrolífera, a Venezuela, em distintas gestões, oscilou entre momentos de abundância e escassez. A persistente inconstância da economia política venezuelana fez com que, a partir da década de 1980, deixasse de ser um país receptor de imigrantes, passando a ser um país propagador de emigrantes. Esse processo foi acentuado nas primeiras décadas do século XXI, segundo Vasconcelos e Santos (2021, p. 35).

Mesmo com a elevação do preço do barril do petróleo no mercado internacional na primeira década do século XXI, como anteriormente exposto, que proporcionou um novo período de expansão econômica, isso não foi suficiente para incentivar o retorno da classe média e alta, integrantes das correntes migratórias predecessoras e, tampouco, estabilizar aquelas que surgiram. Os/as venezuelanos/as altamente qualificados/as da indústria petrolífera que residiam em países europeus e nos Estados Unidos afirmavam não manifestar

¹⁵LATINOBAROMETRO. Informe 2023. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latdocs/INFORME_2018_LATINOBAROMETRO.pdf>. Acesso em: fev. 2019.

¹⁶R4v. Plataforma R4v. Disponível em: <<https://www.r4v.info/>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

interesse de retorno ao país, mesmo tendo a possibilidade de obterem salários equivalentes. A justificativa para manter-se em terras estrangeiras girava em torno do sucateamento da indústria petroleira e divergências político-ideológicas com o governo venezuelano (Vasconcelos e Santos (2021, p. 35).

A partir de 2016, o padrão migratório venezuelano vem se modificando. Anteriormente, havia um deslocamento de empresários e profissionais altamente qualificados para Europa, América do Norte e países latino-americanos como Chile e Argentina. Com a instabilidade política unida à crise econômica, somam-se a estes as classes populares e povos indígenas que se deslocam por meio terrestre para as regiões de fronteira. O percurso terrestre por meio da fronteira Brasil/Venezuela, delimitada entre os municípios de Santa Elena de Uairén (VE) e Pacaraima (BR), tornou-se o mais viável na etapa atual do deslocamento venezuelano, iniciada na primeira metade de 2015. A fuga da Venezuela é uma alternativa para contornar as mazelas causadas pela acentuação da crise humanitária, marcada pela falta de comida e medicamentos, altos índices de inflação, militarização e corrupção das instituições públicas, violência e repressão política. Esses migrantes, compõem, assim, a parcela mais pobre e com menores índices de educação, em relação a outras camadas da sociedade venezuelana que emigraram anteriormente. Com poucos recursos, viajavam sem qualquer garantia de segurança pessoal, estabilidade financeira ou recepção nos países de destino. (Vasconcelos e Santos, 2021, p. 38).

De antemão, é preciso observar a expressividade numérica desses fluxos que representa 25% do total de residentes na Venezuela hoje e que vem, segundo o relatório de 2021 *Global Trends* da ONU, crescendo de forma bastante contundente. Segundo o documento, em 2021, houve um aumento de 14% do fluxo de venezuelanos a despeito das restrições na região em decorrência da pandemia de Covid-19.¹⁷ Esta cifra não pode ser lida simplesmente como um espectro numérico, já que ela representa números de vidas e, sobretudo, de mortes daqueles que ficaram pelos caminhos. Muitos desses venezuelanos que se encaixam no critério como refugiado, não estão se registrando para os procedimentos de

¹⁷ Segundo o documento, os fluxos de originários da África Central foram os que tiveram o maior aumento (155) no ano. Assim como, o fluxo de Sírios que hoje representa o maior contingente de descolados cresceu 2%. É importante destacar ainda que há uma diferença quantitativa entre o volume apresentado pelo documento e os dados da Plataforma R4V apresentados que é decorrente da sua temporalidade.

refugiados, optando por outras formas legais de estadia, que são mais fáceis e rápidas de se conseguir e que permitem acesso ao mercado de trabalho, educação e serviços sociais¹⁸.

O Brasil é o quinto país da América do Sul que mais recebe venezuelanos e, mesmo não sendo o principal destino, o grande contingente populacional resultou em um cenário de instabilidade local que demandou políticas nacionais de caráter humanitário, mas que são mobilizadas por meio de um aparato que apelidaremos de “híbrido”, pois imiscui securitização, vocabulário de crise e acolhimento.

Abrindo um parênteses, é importante enfatizar que os fluxos migratórios fazem parte de políticas globais, nacionais e regionais. Os países da região têm criado respostas discricionais perante a migração venezuelana, enquanto no âmbito multilateral foram estabelecidas diversas iniciativas *ad hoc*. No âmbito regional, duas têm sido as iniciativas *ad hoc* protagonistas: o Grupo de Lima e o Processo de Quito.

O Grupo de Lima foi criado em 8 de agosto de 2017, sob a liderança do ex-presidente do Peru Pedro Pablo Kuczynski, como um instrumento da sua política externa em relação ao país sul-americano. Esta iniciativa é resultado da importância que adquire a migração no território deste Estado andino, posto que, como descrito anteriormente, o Peru constitui atualmente o segundo destino do êxodo venezuelano na região. Em termos operativos, o Grupo foi estabelecido como resultado da reunião convocada em Lima pelo ex-chanceler peruano Ricardo Luna, que contou com a participação de chanceleres e representantes de doze países: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Perú. Posteriormente se somariam a estes países Guiana, Santa Lucia, Haiti e Bolívia. A Declaração de Lima resultante do evento foi também endossada por Barbados, Estados Unidos, Granada, e Jamaica que assistiram ao encontro, assim como por organismos internacionais que participaram no evento como a OEA, a União Europeia e pela oposição venezuelana. Desde o estabelecimento da distinção entre “governo legítimo” e “governo ilegítimo”, as iniciativas do Grupo de Lima têm assumido um tom parcial e de aberta oposição ao governo de Nicolás Maduro, definindo-o como autoritário, ditatorial e

¹⁸Acnur. Org Disponível em:

<<https://www.acnur.org/portugues/venezuela/#:~:text=Cerca%20de%202%2C5%20milh%C3%B5es&text=Mais%20de%204%20milh%C3%B5es%20de,de%20deslocamento%20no%20mundo%20atualmente>>. Houve um aumento de 8 mil por cento no número de venezuelanos buscando o reconhecimento do status de refúgio no mundo desde 2014, principalmente nas Américas.

caracterizado por sistemáticas violações aos direitos humanos e atividades ilícitas de lavagem de dinheiro, corrupção, tráfico de drogas e terrorismo (Villamar, 2021, p. 116, 120).

Já o Processo de Quito surgiu na capital equatoriana, com a Declaração de Quito, assinada no dia 4 de setembro de 2018. Assim como no caso peruano, a iniciativa equatoriana não é casual, pois o Equador constitui atualmente o quarto principal país receptor do fluxo venezuelano em termos regionais e um importante território de trânsito para a população que se desloca até países como Perú e Chile. A diferença do Grupo de Lima que possui objetivos mais abrangentes que visam contribuir à resolução da crise política venezuelana, o Processo de Quito tem um caráter prevalentemente técnico e circunscrito à gestão e cooperação regional respeito à migração venezuelana (Villamar, 2021, p. 124). Percebemos como os Estados partes têm manifestado sua preocupação pela grave crise política que atravessa a Venezuela, com efeitos negativos sobre o plano migratório, humanitário, econômico e social, o que constituiu uma ameaça à paz e a segurança regional e internacional e têm invocado também a abertura de um mecanismo de assistência humanitária no país. Segundo Maria Villa Real Villamar, tal cenário de diálogos regionais, acordos e também desacordos, acontecem de forma paralela ao agravamento da situação na Venezuela que, mesmo não sendo um país em guerra e tendo as maiores reservas petrolíferas do mundo, hoje enfrenta a pior crise da sua história e um êxodo de população sem precedentes na região.

A migração venezuelana constitui um desafio regional sem precedentes que requer respostas urgentes e integrais. Tais respostas podem e devem apresentar inovações, mas é fundamental que recuperem também o legado destes espaços como as propostas de cidadania regional e as políticas baseadas em uma perspectiva real de direitos humanos. Da mesma forma, é evidente que o tratamento da migração é indissociável da busca por uma solução pacífica e negociada para a crise venezuelana, mas é preciso diferenciar as respostas dadas à migração da postura que cada país assume em relação ao governo venezuelano (Villamar, 2021, p. 133).

No contexto da intensificação do fluxo de migrantes da Venezuela para o Brasil em 2017 e do estabelecimento de uma crise humanitária no estado de Roraima, surgiu um novo desafio. Em fevereiro de 2018, o então Presidente da República, Michel Temer, assinou uma medida provisória e dois decretos com o objetivo de possibilitar o acolhimento emergencial

de migrantes¹⁹ (KANAAN et al., 2018). A chamada Força Tarefa de Logística Humanitária para o Estado de Roraima – intitulada Operação Acolhida – foi criada para auxiliar os migrantes venezuelanos que chegam ao Brasil por Roraima. É importante destacar as contradições do governo brasileiro em relação à migração, entre o acolhimento e a solidariedade, por um lado, e a militarização, por outro.

A Operação Acolhida reflete bem essa dicotomia. Ela representa uma estratégia estatal que partiu do exército, com o apoio incondicional e necessário de organizações internacionais, e que foi a principal resposta mantida em relação à chegada dos venezuelanos ao Brasil. Em fevereiro de 2018, o governo brasileiro reconheceu a situação de vulnerabilidade no estado de Roraima (Decreto nº 9.285) e criou um Comitê Federal de Assistência Emergencial (Decreto nº 9.286) para coordenar as ações humanitárias. Esse Comitê, que conta com representantes de diferentes órgãos governamentais e ministérios, é coordenado por um oficial general do Exército Brasileiro. A Operação Acolhida, que foi concebida de acordo com a doutrina militar vigente e pode ser classificada como uma operação humanitária, conjunta e entre interagências, tem como objetivo o acolhimento humanitário (recepção, identificação, seleção, imunização, acolhimento e realocação) dos migrantes venezuelanos no Estado de Roraima em decorrência do fluxo migratório alimentado pela crise humanitária (CERÁVOLO & FRANCHI, 2020).

Em livro organizado pelos pesquisadores Castro, Mello e Sousa com entrevistas a militares da Operação Acolhida, na visão dos militares:

O modelo de Operação Acolhida e seus três principais pilares foi construído ao longo do tempo, desde um início que não havia nada organizado até sua estabilização em processos já bem estruturados. Eles ressaltam o esforço coletivo envolvido nesse processo, visto como uma “operação interagências”, no âmbito do governo federal brasileiro, mas também a coordenação com a ONU, através do ACNUR, e com dezenas de organizações não governamentais de diferentes tipos, nacionais e internacionais, que atuavam na região (CASTRO et al, 2022, p. 12).

Segundo os autores, os militares acreditavam que se tratou, acima de tudo, de um esforço de coordenação e não de comando, de uma força militar não armada que se sentava ao redor da mesa com diferentes atores, sem imposições e com a percepção de que se tratava

¹⁹ Anteriormente, o Estatuto do Estrangeiro, Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, criado durante o período da ditadura militar, mas que sobreviveu à democracia, via a questão da imigração como segurança nacional. A nova lei de migração, por sua vez, a vê como uma questão de direitos humanos. Sem dúvida, essa nova lei trouxe uma mudança de paradigma.

de um ambiente diferente, a ideia de que um abrigo não é um quartel (CASTRO, et al, 2022, p. 12).

O caso brasileiro é único por ter as forças armadas como protagonistas no processo de recebimento de migrantes e, ao mesmo tempo, a Operação Acolhida é considerada exemplar pela Organização das Nações Unidas (ONU), e, ao mesmo, tempo, o Alto Comissariado das Nações Unidas para o Refúgio (ACNUR) representa um parceiro sólido da operação. Vale ressaltar que os militares brasileiros têm uma prática de atuação em missões cívico-sociais com populações necessitadas, em operações para garantir a ordem pública ou em missões de paz no exterior. Isso leva a uma imagem benevolente e de apoio dos militares em relação às questões migratórias, mesmo em um governo de extrema direita e de violação dos direitos humanos, como foi o caso do governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (CASTRO et al, 2022, p. 10-15). Dessa forma, cria-se um silenciamento no debate atual sobre os papéis que as Forças Armadas devem desempenhar em um país democrático. E o outro, o imigrante, é visto por uma perspectiva militarizada, embora relacionada a um discurso humanitário.

Partimos, então, da proposta de como a fronteira está pensada a partir da política do estado brasileiro e da incrementação do fluxo migratório venezuelano, que se dá a partir de 2015, e dessa forma, compreender as questões fronteiriças a partir da conjuntura histórica específica, da criação da Operação Acolhida. Buscaremos, neste curto espaço que o artigo nos proporciona, analisar e compreender a fronteira como um espaço geográfico-social que adquire seu significado pelos vínculos que possui com certos referentes em determinados momentos. Quando se fala de fronteiras (sejam elas quais forem) trata-se, sem dúvida, também do outro, seja para negá-lo, excluí-lo, explorá-lo, reconhecê-lo ou reivindicá-lo. O outro tem vários significados que são marcados pela linguagem, gênero, sexo, pelo idioma, raça, etnia, religião, cultura e, acima de tudo, pelo reconhecimento que o Estado (e suas instituições) concede às comunidades estabelecidas em ambos os lados da fronteira; reconhecimento que lhes permite ter ou não ter direitos e privilégios dentro de uma estrutura legal, seja ela regida pelo estado de direito ou pelo estado de bem-estar social²⁰ (seguridade social, aposentadoria, benefícios médicos, etc.) (ORTIZ, 2011, p. 12).

²⁰ Ver também da mesma autora (ORTIZ, 2016).

Para o caso brasileiro, criamos uma categoria de análise que é o de *fronteira híbrida*, atentando às suas especificidades, que são a de coadunar espaços militarizados, com a entrada das Forças Armadas como ator principal no processo de acolhida dos imigrantes, com as políticas públicas de acolhida junto a organizações civis, atendendo questões humanitárias.

A fronteira híbrida, ou seja, a prática do acolhimento com a militarização, ou o acolhimento militarizado provoca lacunas entre a retórica e a realidade. De fato, há uma abordagem humanitária para a recepção da migração venezuelana na fronteira norte do Brasil, mas a resposta foi elaborada mais na área de segurança. Isso mostra uma visão anacrônica do processo. Ao mesmo tempo, persistem certas práticas discriminatórias, como o tratamento de determinados grupos como indesejáveis e a criação de mecanismos que favorecem a migração qualificada, levando à seletividade de pessoas.

Uma das questões latentes é a utilização dos fluxos migratórios como crise, o sentido da crise migratória. Por trás do sentimento de boas-vindas está a militarização do entendimento de uma "crise" migratória na fronteira venezuelana. Dessa forma, a segurança humana e a segurança do Estado estão entrelaçadas, tornando possível, em qualquer situação, com a presença das Forças Armadas, ver a migração como emergente e crítica, como uma "crise" de refugiados. Abrimos este preâmbulo, embora não seja nosso objetivo, para dizer que entendemos a categoria de crise migratória como a ruptura das relações e padrões de "normalidade" no funcionamento das regras e estruturas, neste caso, da gestão e recepção de migrantes forçados. Entende-se que essa ruptura está ligada à construção da questão da migração como um "problema" e uma "emergência" em nível internacional. Da mesma forma, a construção da crise permite que os Estados exerçam controle sobre a migração e a tornem negativa para a sociedade, já que a construção da crise é frequentemente um prelúdio para garantir o consentimento ou o apoio a medidas de migração de emergência: restrições à migração, fechamento de fronteiras, deportações em massa, acampamento prolongado, *status* protegido ou intervenção humanitária (SARMIENTO, 2022).

Em reportagem publicada no site *amazoniareal*, datada de 25 de fevereiro de 2019, realizada na cidade de Pacaraima (Roraima), foram registrados alguns depoimentos que demonstram a violência sofrida na primeira fase da experiência migratória. Os migrantes foram obrigados a fugir de confrontos dentro de seu país e também entre Estados, sofrendo os perigos impostos pelas fronteiras, chegando ao Brasil com fome e desidratados,

percorrendo caminhos perigosos. Ao chegarem ao Brasil, iniciaram uma nova etapa, a de buscar um futuro no novo país anfitrião²¹. Na tentativa de deixar a Venezuela, muitos viajam para a cidade de Santa Elena do Uairén, na fronteira com o Brasil. Em fevereiro de 2019, por exemplo, a fronteira permaneceu fechada desde a manhã do dia 22 de fevereiro, por determinação do presidente Nicolás Maduro. Toda vez que uma fronteira é militarizada, os direitos humanos são violados, o que torna a travessia migratória ainda mais violenta e traumática.

Quando os migrantes conseguem atravessar as fronteiras, eles enfrentam novos tipos de problemas. Uma preocupação constante em relação aos migrantes venezuelanos na região de fronteira é a xenofobia. Na cidade de Pacaraima, o incremento do fluxo migratório venezuelano está diretamente relacionado à culpabilidade dos imigrantes pelo aumento dos níveis de violência no estado, do desemprego entre os brasileiros e do caos no sistema de saúde. A ligação automática entre a migração venezuelana e o agravamento dos problemas sociais em Boa Vista tornou-se comum. Um recurso narrativo por meio do qual os vizinhos frequentemente demonstram seu descontentamento com a recepção desses migrantes, embora essa correlação seja altamente questionável (SARMENTO & RODRIGUES, 2018).

As políticas locais nem sempre percebem a migração como algo positivo. Em alguns casos, o objetivo é criminalizar os migrantes antes mesmo de assumirem o cargo. Esse foi o caso de dois candidatos a prefeito de Boa Vista, em Roraima, que foram denunciados em outubro de 2020 no Ministério Público Federal pela comunidade venezuelana local por provável conduta criminosa. A denúncia, apresentada pelo venezuelano Ricardo Delgado, alegou que Antônio Carlos Nicoletti, do Partido Social Liberal (PSL), e Gerlane Baccarin, do Partido Progressista (PP), ambos de ideologia liberal e conservadora, cometeram ato de "induzir e incitar a discriminação e o preconceito de origem nacional em detrimento dos povos indígenas da República Bolivariana da Venezuela."²²

²¹ WLADIMILA, N. Venezuelanos relatam o drama de chegar pela trincheira ao lado brasileiro da fronteira. Amazonia Real. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/venezuelanos-relatam-o-drama-de-chegar-pela-trincheira-ao-lado-brasileiro-da-fronteira/>>. Acesso em 25 fev. 2019.

²² Figueiredo, J. Venezuelanos acusam candidatos à prefeitura de Boa Vista de 'incitação ao preconceito e discriminação'. O Globo, 15 out. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2020/venezuelanos-acusam-candidatos-prefeitura-de-boja-vista-de-licitacao-ao-preconceito-discriminacao-1-24694246>>. Acesso em: 15 out. 2020.

Delgado é membro da comunidade indígena Pemón, presente no município venezuelano de Sábana Grande, na fronteira com o Brasil, e trabalha como voluntário na região onde se concentra o maior número de refugiados venezuelanos no país. Os dois candidatos denunciados defenderam em suas campanhas o fim da ajuda estatal aos imigrantes venezuelanos no estado. Durante a pandemia de Covid-19, em que ocorreu o episódio, muitos venezuelanos receberam auxílio emergencial do governo brasileiro, assim como imigrantes de outros países.

A denúncia apresentada lembra que a Lei dos Estrangeiros (13.445/2017) rechaça e previne a xenofobia, prevê a inclusão social dos imigrantes e o acesso aos serviços públicos de saúde e assistência social sem discriminação, entre outros. O documento também menciona a Lei 7.716/1989, que define os delitos resultantes de preconceito de raça ou cor. Em seu artigo 20, a lei prevê pena de até três anos de reclusão e pagamento de multa.

Nas redes sociais, Nicoletti, candidato do Partido Social Liberal (PSL), prometeu que, em seu eventual governo como prefeito, "os venezuelanos não terão privilégios". Baccarin, por sua vez, garantiu que "vamos limitar a assistência médica e as vagas nas escolas para os imigrantes. Entendemos que a imigração é uma questão difícil e respeitamos todos os imigrantes. Mas os boavistanos devem voltar a ser uma prioridade para a prefeitura"²³

O candidato a prefeito de Boa Vista, pelo PSL, partido que elegeu o presidente da República, Jair Bolsonaro, usou o intenso fluxo de venezuelanos pela fronteira brasileira para promover sua campanha ao cargo máximo da capital de Roraima. Apesar de considerar que os venezuelanos gozam de privilégios excessivos na cidade, os candidatos negaram ser xenófobos. Aparentemente, eles veem a igualdade de direitos entre venezuelanos e brasileiros como um privilégio. O acesso irrestrito ao Sistema Único de Saúde (SUS) é um direito constitucional e ratificado pela Nova Lei de Migração, sancionada em 2017 pelo ex-presidente Michel Temer e duramente criticada na época pelo então deputado Jair Bolsonaro, pelas mesmas circunstâncias dos candidatos de Roraima. Se faltam leitos, horários de

²³ Figueiredo, J. Venezuelanos acusam candidatos à prefeitura de Boa Vista de 'incitação ao preconceito e discriminação'. O Globo, 15 out. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2020/venezuelanos-acusam-candidatos-prefeitura-de-boa-vista-de-licitacao-ao-preconceito-discriminacao-1-24694246>>. Acesso em: 15 out. 2020.

consultas e centros de atendimento, a culpa não é da população venezuelana que deixou seu país de origem apenas para escolher o direito a uma vida boa - ou para sobreviver.

O exemplo vem do executivo, do próprio presidente. No governo militarizado de Jair Bolsonaro, o discurso de ódio da extrema direita foi uma das suas principais ferramentas. Em relação à imigração venezuelana, em março de 2020, em entrevista registrada no canal *Youtube*, Jair Bolsonaro, associa a chegada de imigrantes ao risco que pode oferecer à população brasileira e assume sua posição quanto à nova lei de imigração:

Está fugindo da fome, da miséria, tem uma ditadura instalada lá... a gente tem pena... mas não podemos arriscar nosso pessoal de cá... Mas deixo bem claro, se não me engano a lei de imigração é de 2017, aí eu fui o único que discursou contra. Desconheço alguém que tenha discursado contra naquele momento. E tornou-se o Brasil de Fronteira aberta e se não fosse essa MP nossa que se transformou-se em lei, nesse caso excepcional, nós não teríamos amparo jurídico para fazer esse fechamento que fizemos agora lá na ... basicamente na região de Pacaraima. [...] Essa que foi publicada hoje foi em relação a Venezuela, se não me engano. Outra agora estamos ultimando mais uma para a gente pegar os demais outros países. Na dificuldade vamos fazer o possível para conter a entrada de pessoas, mas a dificuldade é enorme.²⁴

Nas palavras do então presidente do Brasil Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) podemos identificar vários elementos inerentes ao discurso da extrema direita e da imigração: o discurso criminalização aos imigrantes, a securitização das fronteiras, a criação de Medidas Provisórias (MP) para alteração da lei em seu caráter mais humanitário.

A interpretação securitária dos fluxos migratórios, conforme já exposto, não pode ser universalizada. É preciso refletir sobre a ideia que se construiu de segurança e para quem ela se destina. A segurança esteve historicamente atrelada ao Estado e à sua defesa, mas, sobretudo, após o choque do petróleo, as agendas securitárias vêm sendo ampliadas encampando pautas como segurança econômica, social, ambiental, humana, cibernética, entre outras agendas (MATHEWS, 1989, p. 162). Neste sentido, a determinação do objeto final da segurança se torna uma chave fundamental para a reflexão sobre qual segurança estamos falando e para a determinação dos meios operacionais necessários para a sua consecução. Todo o debate de crise migratória é marcado pela prevalência da segurança do Estado em detrimento da segurança humana. A segurança das fronteiras e da institucionalidade estatal,

²⁴ Esclarecimentos e avanços sobre atitudes de fechamento de fronteiras, 18 de março de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/6sMjvFkYmyc>.

ocasiona inseguranças às pessoas migrantes em relação à preservação de sua vida, cidadania e sobrevivência.

O marco regulatório brasileiro para o acolhimento humanitário dos venezuelanos que pauta a operação militarizada se estabelece pelo reconhecimento da “crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela”²⁵. A medida é seguida pela criação de um Comitê Federal de Assistência Emergencial²⁶ que almejava a criação de regras para balizar a operação. Apesar da participação de múltiplos Ministérios no comitê, há um protagonismo das Forças Armadas. Assim como o ineditismo deste fluxo migratório para o país, a própria modelação da operação é incomum devido ao seu caráter híbrido que é reconhecida como exemplar para a Organização das Nações Unidas (ONU).²⁷ Este reconhecimento precisa ser avaliado com atenção, tendo em vista que a política brasileira atende as demandas do projeto securitário do Norte Global.

É sabido que à medida que a imigração aumenta, a extrema direita encontra um forte aliado em sua retórica de ódio: o discurso racista e xenófobo amparado na anti-imigração. Segundo Fareed Rafiq Zakaria, escritor e jornalista indiano-norte-americano, acerca de um artigo sobre a preocupação do ascenso da extrema direita no mundo: “se eu tivesse de apontar a questão mais premente, seria aquela que sempre esteve no coração da ascensão do populismo moderno de extrema direita: imigração. Para onde quer que olhemos, vemos temores sobre imigração descontrolada produzirem ganhos políticos para os antiglobalistas. A covid-19 desestabilizou muitos países em desenvolvimento no Hemisfério Sul, o que exacerbou a pobreza e a violência conforme essas nações enfrentaram dificuldades”.²⁸

Sem entrar na temática dos populismos, que não é nosso objetivo aqui e exigiria uma árdua discussão, o que analisamos, anteriormente de forma breve, foi a chegada em massa de milhares de venezuelanos em território brasileiro, a partir da fronteira norte do país, uma

²⁵ BRASIL. Medida Provisória 820 de 15 de fevereiro de 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Mpv/mpv820.htm>. Acesso em: 20 dez. 2022.

²⁶ BRASIL. Decreto 9.286 de 15 de fevereiro de 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9286.htm>. Acesso em: 20 dez. 2022.

²⁷ MINISTERIO DE DEFESA. ONU considera exemplar atuação humanitária das Forças Armadas na Operação Acolhida. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/onu-considera-exemplar-atuacao-humanitaria-das-forcas-armadas-na-operacao-acolhida>> Acesso em: 20 dez. 2022.

²⁸ ZAKARIA, Fareed. A ameaça do populismo de direita. O Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://gilvanmelo.blogspot.com/2023/07/fareed-zakaria-ameaca-do-populismo-de.html>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

imigração majoritariamente terrestre, que se agudizou em concomitância com a criação da Operação Acolhida, a crise política e econômica do governo de Nicolás Maduro e a militarização da fronteira no acolhimento migratório. No Governo Bolsonaro, de extrema direita, uma de suas ferramentas mais utilizadas foi o discurso de ódio e a premência da securitização. Segundo Butler, o discurso de ódio não apenas comunica uma ideia ou um conjunto de ideias ofensivas, mas também coloca em ação a própria mensagem que ele comunica: a comunicação é, em si mesma, uma forma de conduta (BUTLER, 2021, p. 124).

Junto a esse discurso de ódio, a vigilância fronteiriça e a abordagem securitária do tema são reproduzidas através de um programa midiático que reiteradamente representa cenários de “exclusão”, sob a ótica daqueles que têm interesses econômicos e políticos na manutenção da atual ordem mundial, na qual os países ricos e desenvolvidos se beneficiam da mão de obra barata de imigrantes de países subdesenvolvidos. Tais espetáculos hegemônicos, segundo De Genova (2013), ajudam a gerar uma constelação de imagens e formações discursivas, que repetidamente constroem a criminalização dos migrantes. Um dos efeitos práticos da criminalização são, para além do cercamento das fronteiras e do aumento dos discursos racistas e xenófobos, as dificuldades para o próprio exercício da cidadania e de direitos básicos do homem. Para os imigrantes e refugiados venezuelanos isso acarreta muitos problemas, entre eles a entrada no mercado de trabalho, especialmente o qualificado.

Mas isso é o que a indústria migratória faz que a gente veja. Ninguém falou assim comigo, “Madison, você quer trabalhar?” E sim, “ ah coitadinha, ela precisa de trabalho”. E eu não quero que me identifiquem como uma pessoa vulnerável, quero que me identifiquem como uma pessoa igual que está numa situação sim diferente, não está na sua terra, nem fala a sua língua e tal, mas que é tão profissional e tão ser humano quanto qualquer outra pessoa nacional.²⁹

Madison González é refugiada venezuelana, formada em geografia em seu país, estudou mestrado no Brasil e atualmente realiza um doutorado também no Brasil. Possui qualificação de sobra para conseguir um bom emprego. Entretanto, a inclusão profissional e social torna-se uma fronteira interna inesperada pelos imigrantes em geral. O discurso proferido pelos governantes e pela imprensa introjeta-se em setores da sociedade que veem o refugiado com desconfiança e temem a sua presença.

²⁹ Entrevista realizada pela equipe do Laboratório de Estudos de Imigração, coordenado pela Profa. Érica Sarmiento, a Madison González, no dia 14 de janeiro de 2021. (Acervo LABIMI).

Para el Estado, teóricamente, ya estoy bien, dentro de la sociedad, ya soy residente permanente, ya estoy muy bien, dentro de la norma brasileña. Con la sociedad, depende de la región. En las regiones donde viví, en el norte de Brasil, en Roraima – RR, Rio de Janeiro – RJ y en el sur, ¿por qué me sentí mucho más acogido en Rio de Janeiro? Es la forma, la característica del carioca que es súper “amigable”, no lo conoces y el otro día ya está en la casa de la persona, y esta idiosincrasia del carioca es muy parecida a la nuestra, somos muy amigables en Boa Vista en Roraima es un episodio de mi vida que quiero olvidar, ni siquiera quiero recordar. Pero en Curitiba lo que pasa, la gente de Paraná y Curitiba es muy conservadora, primero son muy blancos, todos, la blancura se ve en todos. Y yo soy morena, morena, no sé qué podemos identificar aquí, y en el primer momento no soy de Curitiba, se ve, y cuando hablo ni siquiera soy brasileño, – ah, ¿ese acento es de dónde?³⁰

Há diferentes realidades quanto à recepção de migrantes em um país de dimensão continental como o Brasil. Mas o que fica claro, no depoimento da refugiada venezuelana, é que há uma facilidade em relação à burocracia na solicitação de asilo, e dificuldades que devem ser enfrentadas no cotidiano com a população, dada a sua cor de pele, sua origem, seu modo de falar. Na fronteira, em Roraima, os conflitos ficam latentes, a ponto dela, ao longo da entrevista, não querer compartilhar suas experiências. No sul do país, em parte formado por populações brancas descendentes de imigrantes europeus do século XIX, o racismo brasileiro se reproduz no imigrante de pele mais escura. O racismo, sofrido pela população negra brasileira, afeta o migrante, como diz Madson: "e aqui tem gente da Itália e aí você é bem aceito, você é italiano, você é europeu, então você é o europeu e não o estrangeiro. Mas se você é da América do Sul, você é um estrangeiro".³¹

É importante salientar que a migração venezuelana também serviu enquanto discurso para as bases internas do governo de Jair Bolsonaro. Por ter se legitimado no poder com um discurso, dentre outras pautas, de denúncia à Venezuela e de uma política de guerra ao socialismo e ao Partido dos Trabalhadores (PT), os fluxos venezuelanos foram instrumentalizados de duas formas distintas dentro de seu governo. O projeto Chavista foi utilizado pelo governo brasileiro de forma política e ideológica: enquanto um caso para a construção de discursos de medo e de ameaça. Em 2020, o governo lançou matérias e discursos calcados no slogan “O socialismo excluiu, o Brasil acolhe” e teve na fala do então Ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmativas como

³⁰ Entrevista realizada pela equipe do Laboratório de Estudos de Imigração, coordenado pela Profa. Érica Sarmiento, a Madison González, no dia 14 de janeiro de 2021. (Acervo LABIMI).

³¹ Entrevista realizada pela equipe do Laboratório de Estudos de Imigração, coordenado pela Profa. Érica Sarmiento, a Madison González, no dia 14 de janeiro de 2021. (Acervo LABIMI).

O êxodo de uma nação outrora rica e todos os esforços da Operação só vieram a existir por causa da ideologia que governa a Venezuela desde Hugo Chávez. Falar a verdade é a melhor forma de fechar a fábrica de refugiados do socialismo venezuelano. [...] O que a esquerda fez com a Venezuela, era o que queria fazer com Brasil.³²

Assim como existe uma fronteira híbrida no norte do Brasil para receber esses venezuelanos, também os discursos se modificam conforme os interesses políticos de permanência no poder, transformando um discurso anti-imigração, como o da extrema direita, em uma artimanha para angariar votos. O Estado, dessa forma, segue pautado no discurso de ódio, mas voltado para o seu inimigo, as ideologias de esquerda, nesse caso, o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Venezuela governada por Nicolás Maduro. Ambos considerados elementos do mal a se combater e, por isso, deve-se abrir as portas e acolher os venezuelanos, a partir de então vitimizados pelo discurso de ódio. Das duas formas, tanto na postura anti-imigrantista, quanto na tergiversação do discurso, apoiando a entrada de venezuelanos, a imigração continua sendo instrumentalizada pelos Estados, utilizada como ganho político e moeda de troca para os partidos e para os Estados, e suas fronteiras globalizadas para as mercadorias, fechadas, muitas vezes, para as vidas migrantes.

Considerações finais

Como abordamos na segunda parte deste artigo, a Venezuela naufragou após uma década de governo de Nicolás Maduro. O embargo econômico norte-americano, acompanhado da má gestão econômica do seu governo e do viés autoritário, provocou a saída massiva de milhares de venezuelanos do país, que buscaram melhores oportunidades de sobrevivência e de vida em outras partes do mundo.

Seu governo expressou o ocaso da Revolução Bolivariana, aspecto este que faz com que questionemos as abordagens que insistem em ver em seu mandato uma continuidade do observado ao longo das gestões de Hugo Chávez ou nas experiências da Onda Rosa das primeiras décadas do século XXI. Esse diagnóstico, inclusive, inebriou o governo Lula, que

³² BRASIL. O socialismo exclui, o Brasil acolhe, Site da Casa Civil, Brasília, jan. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/janeiro/o-socialismo-exclui-o-brasil-acolhe>>. Acesso em: 15 dez 2022. Esse trecho faz parte do artigo de SARMIENTO, Érica & CASTELO BRANCO, Juliana Foguel. A “Crise” Migratória Venezuelana e a Política Brasileira para o “Acolhimento”: de que Segurança estamos falando? In: JUBILUT, Liliana (org.). Direitos Humanos e Vulnerabilidade e Cidadania (no prelo).

desde 2023 insiste em criar eufemismos para o autoritarismo de Maduro, apesar de ter elevado o tom crítico na nota do Itamaraty de março de 2024 que questionava a inabilitação pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) de candidaturas opositores para as eleições presidenciais de 28 de julho de 2024,

Conforme debatido ao longo da terceira parte deste artigo, consideramos o fenômeno migratório dos venezuelanos não só uma imigração econômica, mas também uma migração forçada. A violação aos direitos humanos e a falta de perspectivas que vivem as famílias do país, especialmente ao longo da última década, levam a essa caracterização. Migrar por terra, atravessando as fronteiras das nações vizinhas, sofrendo violências no trânsito até a chegada em outros territórios, tornou-se uma das marcas dessa migração fronteiriça.

Um dos destinos adotados pelos venezuelanos é o Brasil, o terceiro país da América do Sul que mais recebe esse contingente migratório, segundo dados aferidos em abril de 2024. Cerca de 510 mil venezuelanos ingressaram em nosso país nos últimos anos. Consideramos a recepção desse fluxo, proporcionado pela Operação Acolhida, por meio categoria de análise da *fronteira híbrida*. Ou seja: a prática do acolhimento com a militarização ou o acolhimento militarizado.

Ao longo do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, com o acirramento da militarização e do discurso de extrema direita, ocorreram profícuos debates sobre o papel que as Forças Armadas devem desempenhar em um país democrático. Estes influenciaram a abordagem da questão dos imigrantes e questionamentos à militarização da Operação Acolhida ocorreram, embora ela estivesse relacionada a um discurso humanitário.

No atual governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, mantém-se a Operação Acolhida, como signo de sucesso na recepção, acolhimento e interiorização dos venezuelanos. A notícia mais atualizada vinculada à Operação Acolhida, até a finalização do presente artigo, trata-se de três de abril de 2024,³³ anunciando que foram, ao todo, 1026 municípios de todos os estados brasileiros que já interiorizaram a população refugiada e imigrante da Venezuela. Sem dúvida, os dados são positivos e animadores quanto ao Brasil como país de recepção de

³³ <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/brasil-acolhe-mais-de-125-mil-migrantes-e-refugiados-venezuelanos-por-meio-da-operacao-acolhida>, Acesso em 01 maio 2024.

refúgio, mas é importante compreender, como explicitado por Machado (2021, p.31) a política discursiva da Operação Acolhida e a sua experiência de natureza bilateral, concomitante da governança humanitária brasileira relacionada ao cuidado e controle, benevolência e ameaça. Essa dicotomia corrobora e perpetua com a análise que realizamos ao longo desse artigo sobre a categoria de fronteira híbrida brasileira. Ou seja, a subjetividade do controle e da recepção das vidas humanas nos mais diferentes governos existem, é fato, quando o tema se trata de fronteiras e vidas migrantes, ainda que com maiores possibilidades de avanços nos direitos humanos, sem dúvida, no atual governo de Lula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ, Víctor; RODRÍGUEZ, Davgla. *Guía teórico-práctica para la creación de EPS* (Empresas de Producción Socialista). Caracas: Fundación la Pupila Insomne, 2008.

ÁLVAREZ, Víctor. *Del Estado burocrático al Estado comunal* – La transición al socialismo de la Revolución Bolivariana. Caracas: Centro Internacional Miranda, 2010.

Anuario estadístico de America Latina y el Caribe (1999) – Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso em: 23 maio 2020.

Anuario estadístico de America Latina y el Caribe (2000) – Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso em: 23 maio 2020.

Anuario estadístico de America Latina y el Caribe (2004) – Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso em: 23 maio 2020.

Anuario estadístico de America Latina y el Caribe (2006) – Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso em: 23 maio 2020.

Anuario estadístico de America Latina y el Caribe (2008) – Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso em: 23 maio 2020.

Anuario estadístico de America Latina y el Caribe (2009) – Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso em: 23 maio 2020.

Anuario estadístico de America Latina y el Caribe (2010) – Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso em: 23 maio 2020.

Anuario estadístico de America Latina y el Caribe (2014) – Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso em: 23 maio 2020.

Anuario estadístico de América Latina y el Caribe (2017) – Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso em: 23 maio 2020.

Anuario estadístico de América Latina y el Caribe (2019) – Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso em: 23 maio 2020.

ARAUJO, Rafael Pinheiro de. *Discursos políticos comparados: indigenismo e bolivarianismo (1992-2012)*. Tese de Doutorado em História Comparada (PPGHC/UFRJ). Rio de Janeiro, UFRJ, 2013.

BAPTISTA, Mariana Bruce Ganem. *Estado e democracia nos tempos de Hugo Chávez (1998-2013)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

BRICEÑO, Alberto Hurtado e HURTADO, Sadcidi Zerpa de. *Misiones sociales en Venezuela: concepto y contextualización*. Sapienza Organizacional. Ano 3, n. 6, Julho-Dezembro de 2016. p. 37-64.

BUTLER, Judith. *Discurso de ódio*. Uma política do performativo. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

BULL, Benedicte e ROSALES, Antulio. *Cómo las sanciones a Venezuela abrieron paso a un capitalismo autoritario*. Nueva Sociedad, n. 304, marzo-abril de 2023, ISSN: 0251-3552.

CASTRO, Celso; MELLO, Eduardo; SOUSA, Carolina Soares (orgs.). *Operação Acolhida*. Uma história oral. Rio de Janeiro: FGV editora, 2022.

CERÁVOLO, L. E. S., & FRANCHI, T. A resposta brasileira à imigração venezuelana recente em Roraima. *Revista de Ciências Militares*, v. 8, n. 2, p. 235-260, nov. 2020. Disponível em: <https://www.ium.pt/?page_id=5714>.

CABEZAS, Luis Francisco; D'ÉLIA, Yolanda. *Las Misiones Sociales en Venezuela*. Caracas: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales. 2008.

CEPAL. *Estudio Económico de América Latina y el Caribe, 2022*. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/48077>. Acesso: 10 jul. 2023.

COLMENAREZ, Elio. *La insurrección de febrero*. Caracas, Ediciones La Chispa, 1989.

CORONIL, F. e SKURSKI, J. *Dismembering and Remembering the Nation: The Semantic of Political Violence in Venezuela*. *Comparative Studies in Society and History*. An International Quarterly, XXXIII, n. 2, 288-337, April 1991.

DE GENOVA, Nicholas. Spectacles of migrant 'illegality': the scene of exclusion, the obscene of inclusion. *Ethnic and Racial Studies*, v. 36, n. 7, p. 1180-1198, 2013. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01419870.2013.783710?scroll=top&>>. Acesso em: 15 out. 2022.

ELLNER, Steve. Las reformas neoliberales y la crisis política venezolana, 1989-1999: antecedentes de la llegada de Hugo Chávez al poder. In: AYALA, Maria; QUINTERO, Pablo (comps). *Diez años de Revolución en Venezuela – História, Balance y Perspectivas (1999-2009)*. Buenos Aires: Editorial Maipue, 2009.

ELLNER, Steve. The Distinguishing Features of Latin America's New Left in Power: The Chávez, Morales, and Correa Governments. *Latin American Perspectives*, v. 39, n. 1, p. 96-114, 2012.

GROSGOUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 2, n. 2, p. 337-362, jul-dez 2012.

KANAAN; TÁSSIO; SIDMAR. As ações do exército brasileiro na ajuda humanitária aos imigrantes venezuelanos. In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (Coords.), *Migrações venezuelanas*. Campinas, Sp: Núcleo de estudos de população “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, p. 68-71, 2018.

LANDER, Edgardo. Venezuela: a experiência bolivariana na luta para transcender o capitalismo. *Movimento – Crítica, Teoria e Ação/Movimento Esquerda Socialista*. Ano 2, v. 1, n. 6, p. 101-156, 2017.

LEYTON, Juan Carlos Gómez. La revolución en la Historia — reflexiones sobre el cambio político en América Latina. In: RAJLAND, Beatriz; COTARELO, María Celia. *La revolución em el bicentenario — reflexiones sobre la emancipación, clases y grupos subalternos*. Buenos Aires: Clacso, 2009.

MACHADO, Victória Figueiredo. Análise do “normatizar” da crise venezuelana no Brasil e sua relação com a política discursiva da Operação Acolhida. *Rev. Cadernos de Campo*. Araraquara, n. 30 | jan./jun. 2021, p. 31-67.

MARX, Karl. *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. 6 Ed..São Paulo: Centauro Editora, 2008.

MATHEWS, J. T. Redefining Security. *Foreign Affairs*, v. 68, n. 2, p. 162-177, 1989.

MAYA, Margarita López. El movimiento bolivariano: ascenso al poder y gobierno hasta 2008. In: AYALA, Maria; QUINTERO, Pablo (comps). *Diez años de Revolución en Venezuela — História, Balance y Perspectivas (1999-2009)*. Buenos Aires: Editorial Maipue, 2009.

MCCOY, Jennifer L; MYERS, David J. (orgs.). *Venezuela: Del Pacto de Punto Fijo al Chavismo*. Caracas: Los Libros de El Nacional, 2007.

ORTIZ, Roxana Rodríguez. *Cartografía de las fronteras*. *Diario de Campo*. México, edição digital, 2016.

ORTIZ, Roxana Rodríguez. Epistemología de la frontera: los límites del outro, p.12. *Ideação. Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste*, v.13, n.1, 1º semestre de 2011, p. 11-28.

PEREIRA DA SILVA, Fabrício. O Fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, n. 2, p. 165-170, 2018.

SARMENTO, G. G. S.; RODRIGUES, F. S. Entre a acolhida e o rechaço: breves notas sobre a violência e os paradoxos da migração venezuelana para o Brasil. In: BAENINGER, Rosana., SILVA, João Carlos Jarochinski. (Coords.). *Migrações venezuelanas*. Campinas, Sp: Núcleo de estudos de população “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, p. 242-249, 2018.

SARMIENTO, Érica; CASTELO BRANCO, Juliana Foguel. A “Crise” Migratória Venezuelana e a Política Brasileira para o “Acolhimento”: de que Segurança estamos falando? In: JUBILUT, Liliana (org.). *Direitos Humanos e Vulnerabilidade e Cidadania* (no prelo).

SARMIENTO, Érica. Migration and crisis in Brazil and treatment of venezuelan migrants. In: VEJA, Luis Alfredo Arriola; SANTOS, Enrique Coraza de los. *Crisis and Migration. Critical Perspectives from Latin America*. Switzerland: Springer, p. 143-160, 2022.

SCHEIDT, Eduardo. 20 anos da Revolução Bolivariana na Venezuela: um balanço em perspectiva histórica. In: SARMIENTO, Erica; ARAUJO, Rafael. *América Latina em debate: questões do tempo presente*. Rio de Janeiro: Estudos Americanos, 2021.

SCHEIDT, Eduardo. Da democracia participativa e protagônica ao Estado comunal: as transformações do Estado na Venezuela durante o governo Chávez (1999-2012). In: SCHEIDT, Eduardo e MAIA, Tatyana (orgs.). *Projetos de Estado na América Latina contemporânea: de 1960 até os dias atuais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 65-100, 2019.

TROTSKY, Leon. *Escritos latinoamericanos*. 2 Ed. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky, 2000.

VASCONCELOS, Iana dos Santos & SANTOS, Sandro Martins de Almeida. La Dieta de Maduro: migração venezuelana, geopolítica e alimentação. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS* Vol. 13, n. 26, jan-jun. 2021, p. 25-46.

VILLAMAR, MARÍA DEL CARMEN VILLARREAL. Multilateralismo, crise e migração venezuelana: o Grupo de Lima e o Processo de Quito em perspectiva comparada. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS* . v. 13, n. 26, , jan-jun. 2021, p. 104-140.

WEBBER, Jeffery. Mercado mundial, desarrollo desigual y patrones de acumulación: la política económica de la izquierda latinoamericana. In: GAUDICHAUD, Franck; WEBBER, Jeffery; MODONESI, Massimo. *Los gobiernos progresistas latinoamericanos del siglo XXI – Ensayos de Interpretación Histórica*. UNAM, 2019.